

**A EDUCAÇÃO PRISIONAL PELO ESTADO DO CONHECIMENTO***PRISON EDUCATION BY THE STATE OF KNOWLEDGE**LA EDUCACIÓN PRISIONAL POR EL ESTADO DEL CONOCIMIENTO***Selson Garutti**

Doutor em Educação. Professor de Filosofia pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED).  
E-mail: selsongarutti@hotmail.com

**Rita de Cássia da Silva Oliveira**

Doutora em Filosofia e Ciências da Educação (USC-Compostela / Espanha). Professora do Programa de Doutorado em Educação (UEPG). E-mail: soliveira13@uol.com.br

**RESUMO**

O presente artigo analisa os trabalhos da área da educação prisional tendo como referencial teórico André et al (1999); Ferreira (2002); Romanowski; Ens (2006). O artigo tenta explicitar contribuições para o debate das questões educacionais sobre sujeitos privados de liberdade, de modo a evidenciar o lugar e a importância que o tema teve nesse período e as lacunas a serem preenchidas. Realizada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram identificadas temáticas e preocupações expressas pelos pesquisadores e as perspectivas teóricas dessas abordagens. Ao mesmo tempo em que se discutiram tarefas que cabem à educação e a identidade de contribuições para o seu entendimento, tanto no âmbito teórico, quanto na esfera prática. Como conclusão foram selecionadas 66 (78%) dissertações de mestrado e 19 (22%) teses de doutorado, totalizando uma produção de 85 trabalhos produzidos entre 1975 a 2012.

**Palavras-chave:** Mapeamento; História da Educação; Sistema Prisional.

**ABSTRACT**

The following paper analyzes prison education studies based on the theoretical reference of Andre et al (1999); Ferreira (2002); Romanowski; Ens (2006). It tries to show the contributions to the debate on educational issues regarding individuals deprived of their liberty. In addition, it highlights the place and the importance that this theme had in that period and the gaps to be filled. Through the bank of thesis and dissertations of the Higher Education Personnel Improvement Department (CAPES), there were identified themes and concerns showed by researchers as well as the theoretical perspectives of such approaches. Meanwhile there was a discussion about the tasks related to education as well as the contributions for its theoretical and practical understanding. As a conclusion, there were 66 (78%) Master's thesis and 19 (22%) dissertations chosen, which means 85 papers written from 1975 to 2012.

**KEYWORDS:** Mapping; History of Education; Prison System.

**RESUMEN**

El presente artículo analiza los trabajos del área de la educación prisional teniendo como referencial teórico André et al (1999); Ferreira (2002); Romanowski; Ens (2006). El artículo intenta explicitar contribuciones para el debate de las cuestiones educativas sobre sujetos privados de libertad, a fin de evidenciar el lugar y la importancia que el tema tuvo en ese período y las lagunas a ser cumplidas. En el Banco de Tesis y Dissertaciones de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES), se identificaron temáticas y preocupaciones expresadas por los investigadores y las perspectivas teóricas de esos enfoques.

Al mismo tiempo en que se discutieron tareas que caben a la educación y la identidad de contribuciones para su entendimiento, tanto en el ámbito teórico, como en la esfera práctica. Como conclusión se seleccionaron 66 (78%) disertaciones de maestría y 19 (22%) tesis de doctorado, totalizando una producción de 85 trabajos producidos entre 1975 a 2012.

**Palabras clave:** Mapeo; Historia de la Educación; Sistema prisional.

## INTRODUÇÃO

A educação é um direito humano, subjetivo e previsto em diferentes instrumentos legais, sintetizado na Constituição Federal de 1988, artigo nº 205: “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”. Ainda, no artigo nº 208, estabelece-se o dever do Estado na garantia do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurando, inclusive, “[...] sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada”.

A Educação Formal no Brasil segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) está organizada por modalidades, para atender de forma mais específica às demandas educacionais de grupos completamente díspares uns dos outros; e especificamente para os invisíveis não escolarizados, como é o caso da modalidade EJA em educação prisional.

Nas Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, destaca:

Assim como para todos os jovens e adultos, o direito à educação para os jovens e adultos em situação de privação de liberdade é um direito humano essencial para a realização da liberdade e para que esta seja utilizada em prol do bem comum. Desta forma, ao se abordar a educação para este público é importante ter claro que os reclusos, embora privados de liberdade, mantêm a titularidade dos demais direitos fundamentais, como é o caso da integridade física, psicológica e moral. O acesso ao direito à educação lhe deve ser assegurado universalmente na perspectiva acima delineada e em respeito às normas que o asseguram (PARECER CNE/CEB nº: 4/2010, p. 11).

Nessa perspectiva, algumas Políticas Públicas começaram a ser desenvolvidas, mas ainda de forma muito incipiente. Apesar de ser um direito do apenado, a educação prisional ainda está na invisibilidade para grande parte da população carcerária brasileira. Portanto, é questão *sine qua non* a pesquisa em educação prisional, mais ainda porque quanto maior for a sua compreensão, melhor será seu entendimento, mais eficaz, eficiente e efetivo será a educação prisional.

Faz-se necessário levantar e analisar a produção de tese de doutorado e de disser-

tação de mestrado nos programas de pós-graduação Lato Sensu das Instituições de Ensino Universitário do Brasil sobre a produção do tema “Educação nos Presídios no Brasil”. Destarte, essa pesquisa tem por objetivo mapear e analisar o que foi produzido para identificar possíveis lacunas e/ou demandas de pesquisa sobre o tema “Educação Prisional no Brasil”.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Este texto apresenta uma pesquisa cujo objetivo foi mapear, identificar, analisar e discutir a produção acadêmica nos programas de pós-graduação sobre o tema “Educação Prisional no Brasil”, por meio do procedimento metodológico do estado do conhecimento, o qual consiste em fazer um levantamento da produção em pesquisa acadêmica em um determinado tema em estudo com descritores específicos que orientam e direcionam o processo de compreensão do tema em questão (ANDRÉ ET AL, 1999).

Como desdobramento, é preciso salientar quais subtemas foram privilegiados em decorrência das pesquisas, produção e distribuição regional, além de identificar as instituições balizadoras de tais produções.

Para levar a contento a pesquisa do estado do conhecimento, faz-se necessário constituir uma boa identificação a respeito de qual seja o objeto de estudo, etapa importante para o desenvolvimento da investigação científica, é por meio dessa delimitação que se define o estado do conhecimento sobre o tema e o que seja objeto a ser investigado. Com isso, também fica delineado o problema da pesquisa proposta (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

A pesquisa do Estado do Conhecimento, bem como, o Estado da Arte, em posse dos dados obtidos e dos registros das dissertações, teses, artigos e/ou quaisquer outras formas de pesquisas realizadas e publicadas, deve ser entendida como preâmbulo de uma pesquisa maior, pelas quais se diminuem as distâncias entre o desejado e o já realizado, indicando o que já foi produzido sobre educação prisional no Brasil, em detrimento do que pode vir a ser trabalhado em suas mais variadas possibilidades (FERREIRA, 2002).

Os procedimentos adotados para a realização desta pesquisa constituíram em:

1. Pesquisa, seleção, identificação e coleta dos dados no(s) banco(s) de dado(s);
2. Leitura, seleção e classificação dos resumos;
3. Identificação dos descritores (categorias) referente ao tema;
4. Organização de um quadro de referências dos dados identificados na pesquisa;

A seguir, apresentam-se os resultados da produção sobre a temática pesquisada diluída em seus descritores e categorias, ao longo do período delimitado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O levantamento das teses e dissertações sobre o tema “Educação Prisional no Bra-

sil” foi realizado tomando-se, por referência as bases de dados, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Dessas bases, foram selecionadas sessenta e seis (66) dissertações de mestrado e dezenove (19) teses de doutorado, totalizando uma produção de oitenta e cinco (85) trabalhos produzidos entre o período de 1989 a 2012. As primeiras produções encontradas foram duas dissertações de mestrado em 1989 (BREITMAN, 1989) e (FARIAS, 1989) e na sequência, somente em 1996 (FALCONI, 1996), a primeira tese de Doutorado sobre o tema, conforme quadro 01.

**Quadro 01:** Teses e Dissertações “Educação nas Prisões” – 1975 a 2012:

Ano	1989	1991	1996	1997	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Disrt	02	01	01	02	01	02	03	05	02	07	06	05	11	04	03	08	03	66
Tese			01			01	02				01	02	02	02	05	03		19
<b>Total</b>	02	01	02	02	01	03	05	05	02	07	07	07	13	06	08	11	03	85

Fonte: CAPES, 2017.

Nas dezenove teses encontradas foram identificadas as seguintes áreas de concentração:

Quadro 02: Área de Conhecimento das Teses de Doutorado	
01	Tese de Linguística Aplicada;
01	Tese em Engenharia e Gestão do Conhecimento;
01	Tese em Direito;
03	Teses em Psicologia;
04	Teses em Sociologia;
09	Teses em Educação.
<b>19</b>	<b>Total</b>

Fonte: CAPES, 2017.

Distribuídas nas seguintes instituições:

Quadro 03: Instituições das teses						
01 UERJ	03 USP	01 UFPR	01 UFPB	02 UNICAMP	02 UFBA	02 UFSC
01 UFGS	01 PUCRS	01 UNESP	01 UFMG	02 PUC/SP	01 UNISINOS	

Fonte: CAPES, 2017.

Já as sessenta e seis dissertações de mestrado encontradas apresentam as seguintes áreas de concentração:

Quadro 04: Área de Conhecimento das Dissertações de Mestrado	
01	Mestrado em Direito Constitucional;
01	Mestrado em Ciências Criminais;
01	Mestrado em História da Ciência;
01	Mestrado em Ciências da Religião;
01	Mestrado em Ciências Da Informação;
01	Mestrado em Saúde e Meio Ambiente;
01	Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento;
02	Mestrados em Direito;
02	Mestrados em Psicologia;
03	Mestrados em ciências Sociais;
03	Mestrados em Psicologia;
04	Mestrados Serviço Social;
45	Mestrados em educação.
<b>66</b>	<b>Total</b>

Fonte: CAPES, 2017.

Distribuídas nas seguintes instituições:

Quadro 05: Divididas nas seguintes instituições:									
02 PU-CRJ	01 PUC - Campinas	07 PUCSP	01 UCP Petrópolis	01 UCP (Pelotas)	01 PUCRS	02 PU-CGO	02 UEL	01 UEPE	01 FURG
01 UFS	04 UNESP	01 UNI-MARCO	07 USP	01 UNIVILLE	01 UNIPAC	01 UNICID	01 UNB	02 UFPE	03 UFU
03 UFG	01 UERJ	01 UFRG	01 UFMS	01 UNIRIO	01 UFSM	01 UFSC	01 UNIFOR	01 UFC	01 UFP
01 UFES	01 UFU	01 UFBA	02 UFSC	02 UFPB	01 UFPR	02 UFMG	01 UFAM	02 Universidade de Sorocaba	

Fonte: CAPES, 2017.

Geralmente o foco das investigações acerca da educação no sistema prisional tem recaído no seu potencial de ressocialização e/ou reinserção social, mas nenhum que tivesse como temática a discussão teórica da documentação oficial produzida que culminou no Parecer nº 04 de 2010, que trata das diretrizes que unificam e orientam a educação prisional.

Bernadette Beber Campestrini (2007) teve como objetivo construir uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização de jovens e adultos em Espaços Prisionais, na modalidade da Educação a Distância, visando tanto à reeducação, quanto a reinserção e ressocialização dos apenados. Os estudos foram realizados pela pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica para estudar o currículo na Educação Básica e profissionalização, as legislações penal e educacional, sobre a modalidade de Educação a Distância, através de uma Visão Sistêmica e pela criação de uma Estratégia Didático-Pedagógica. Já a pesquisa documental foi realizada nos trinta e quatro Espaços Prisionais do Estado de Santa Catarina para obter dados sobre a população carcerária quanto à formação educacional e os aspectos de profissionalização.

Efetivamente, a Estratégia Didático-Pedagógica proposta nesta tese visou promover a inclusão e valorização do apenado como ser humano, tentando promover o acesso

ao conhecimento sistematizado, ao profissionalismo pelas tecnologias de informação e comunicação para que, ao retornar à sociedade, não reincidisse ao mundo do crime pela falta de Educação Básica, requisito mínimo para o exercício da cidadania no convívio social.

Valdeni da Silva Reis (2011) investigou o modo como os sentidos são arrolados no ensino e na aprendizagem do Inglês como Língua Estrangeira em uma Unidade Socioeducativa para menores em conflito com a LEI da cidade de Belo Horizonte, MG. Depois de cometer uma infração grave, o Adolescente é submetido às medidas socioeducativas, pelas quais podem incluir até internação do sujeito. Sendo (ainda) cidadão de direitos, o Interno deve ser submetido à mesma estrutura curricular da escola estadual regular. Com isso, os internos têm aulas inclusive de Língua Estrangeira, bem como de todas as disciplinas tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio.

Desta forma, a pesquisa analisou quais e como foram as ações pedagógicas praticadas dentro do (não) ensino e da (não) aprendizagem em Língua Estrangeira nesse espaço. Investigou-se a noção de memória relacionada com a noção de espaço como ponto convergente do processo de aprendizagem da Língua Estrangeira. Portanto, como pode ser negociado entre os envolvidos nas partes, o espaço institucional na construção do ensino da Língua Estrangeira.

Esta análise se deu por meio de gravações e transcrição das aulas, descrevendo o modo como os participantes tomam a palavra e constroem suas posições discursivas, explicitando diversos entrelaçamentos. Os temas emergentes na análise das aulas foram confrontados com os diários e com as entrevistas coletadas. Como resultados, explicitou-se um espaço confuso advindo dos entrelaçamentos entre significados educacionais e prisionais, além de estagnado por causa das incansáveis repetições de algum dado de conteúdo linguístico.

Doracina Aparecida de Castro Araújo (2005) pesquisou o conceito de educação escolar disseminado no sistema penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul. A pesquisa é resultado de um estudo desenvolvido no Estabelecimento Penal de Paranaíba e discute o papel da educação escolar para o aprisionado. O ciclo da pesquisa deu-se mediante o levantamento bibliográfico, o exame da legislação em âmbito nacional e estadual, que norteava a educação escolar para presos, o conhecimento da realidade prisional e educacional do sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul e, de forma singular, da unidade prisional de Paranaíba.

Nesta pesquisa foi utilizado um questionário para identificar o perfil dos presos, uma entrevista individual com a professora e os alunos das séries iniciais do ensino fundamental e uma entrevista coletiva com os alunos a fim de analisar a relevância do processo educacional no espaço prisional.

Márcia Pereira Pedroso (2010) constituiu um levantamento dos repertórios simbólicos construídos acerca das pessoas presas, dos presos em potencial e da instituição prisional como personagens de livros, artigos e jornais. Esta foi uma tentativa de discutir sobre a



construção de protótipos que pudessem cristalizar ideologicamente a instituição prisional como sendo inquestionada, garantindo assim, a sensação de segurança e a manutenção da ordem social.

A pesquisa de Marcos Erico Hoffmann (2008) teve por base a noção de que o processo de aprendizagem de comportamentos privilegia a capacidade de compreensão dos fenômenos ligados à aprendizagem, com desdobramentos para a vida tanto intramuros quanto extramuros. Para afirmar sua hipótese foram realizadas diversas entrevistas semiestruturadas em vinte apenados, as quais versavam sobre práticas educacionais (escola; religião; trabalho; lazer e etc.).

Verificou-se que a influência dos pares é sine qua non para a integração dos novos aprendizados. Contudo, algumas das práticas não são de todo introjetadas ou por causa de algum aspecto do ambiente físico ou pelo conjunto de normas vigentes, assim como, pela relação com os agentes. Logo, ou são fatores inibidores ou estimuladores de novas práticas, avivando diferenças individuais, bem como múltiplas intencionalidades. Essas disparidades constroem novas relações de interação, sugerindo ações comunicativas de práticas pedagógicas.

Elionaldo Fernandes Julião (2009) analisou como os programas laborativos e educacionais funcionam no sistema penitenciário brasileiro. Qual a percepção dos sujeitos operadores da execução penal quanto aos programas de ressocialização e também, qual o impacto efetivo da educação e do trabalho na ressocialização dos detentos. Até que ponto as políticas públicas educacionais e laborativas interferem ou não na reinserção social do apenado, bem como, qual o efetivo impacto na execução penal.

Martha Joana Tedeschi Gomes (2011) realizou sua pesquisa no CEEBJA “Dr. Mário Faraco”, escola responsável pela educação formal dos privados de liberdade, em unidades penais localizadas na cidade de Curitiba e região metropolitana. Teve como objetivo identificar, descrever e analisar os resultados obtidos na disciplina de Matemática pelos adultos detidos naquela unidade penal, em dois processos de certificação escolar, ocorridos no período de 1982 a 1997. Apoiada nos pressupostos da pesquisa documental, a aposta era a de que, a partir do ano de 1995, a elaboração de uma proposta pedagógica específica - com a avaliação dos alunos matriculados sendo realizada dentro do processo de ensino-aprendizagem - aumentaria os índices de aprovação em Matemática. No entanto, constatou-se que no período de 1982 a 1986, na disciplina de Matemática, o percentual geral de aprovação não foi significativamente diferente dos demais períodos.

Observadas as peculiaridades de cada um desses períodos, conclui-se que quanto à forma de certificação escolar não é possível qualquer tipo de comparação devido à precariedade dos documentos encontrados e ao pequeno espaço de tempo investigado em relação à nova proposta de certificação. O mais importante é que, apesar do número de alunos concluintes ser pequeno, em todos os períodos analisados foi possível verificar o esforço do aluno privado de liberdade na busca da certificação escolar.

Ana Maris Hoepers (2010) propôs investigar, por meio de oficinas de Geografia e Meio Ambiente, os sujeitos do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis SC. O cerne das oficinas consistia na investigação, por meio do pensamento geográfico dos detentos, das articulações espaciais provocadas pelo espaço prisional restritivo de liberdade. Tal verificação empírica se deu por meio da confecção de mapas e de outras produções gráficas similares. A noção-ferramenta de mapas intensivos surgiu da confluência da produção de materiais correntes (desenhos / relatos / fotos), os quais de tão recorrentes passaram a delinear o foco da investigação, processo que afluíu da relação entre aprisionamento e medicalização.

Eunice Maria Nazareth Nonato (2010) objetivou abordar a questão educacional relacionada a mulheres em situação de privação de liberdade, apresentando um estudo feito a partir de metodologia teórico-empírico pelo qual se investigou o modo como se constituiu a experiência educativa em um curso superior, para as mulheres apenadas, no presídio Feminino Madre Pelletier (PFMP). Imprimiu-se, no estudo, um olhar próprio das ciências sociais, o que permite a compreensão da questão da educação da mulher apenada como um sério problema social a ser enfrentado.

Buscou-se nesta pesquisa, compreender e identificar as possibilidades e dificuldades relacionadas à educação de mulheres privadas de liberdade, e, ainda, contribuir com o sistema de ensino e o sistema prisional, no sentido de apontar possibilidades de existência de ensino superior no cárcere. O material de análise baseou-se em registros feitos em diários de campo, em falas oriundas das entrevistas realizadas com as apenadas, agentes e funcionários do presídio.

O estudo de caso realizado trouxe à tona o processo de inclusão de mulheres apenadas no ensino superior, em especial, a relação entre elas, os funcionários e as agentes penitenciárias que estudaram juntas durante a graduação em Serviço Social, dentro do referido presídio. A conclusão da pesquisa foi que pela experiência estudada, o processo de formação de mulheres em nível superior, no contexto do cárcere, apresentou significativas contribuições tanto para as apenadas quanto para maior humanização dos funcionários e agentes envolvidos na experiência educativa.

A pesquisa de Mariângela Graciano (2010) propôs-se a investigar as práticas educativas desenvolvidas por organizações da sociedade civil e pessoas voluntárias no interior do sistema penitenciário do estado de São Paulo. Essa ação, uma partilha de responsabilidade entre Estado e Sociedade Civil, normatizando as regulações constituídas sobre a educação prisional. Daí a necessidade de estabelecer os tipos possíveis de parcerias estabelecidas, bem como, a identificação das motivações e objetividades que as regulam. Concluindo com a identificação de sinais de mudança no campo educacional nas prisões. Os quais coadunam com a posição de outros pesquisadores deste campo.

Ligia Mori Madeira (2008) investigou o apoio aos egressos do sistema penitenciário no Brasil a partir do estudo das produções legislativas, das políticas públicas e da criação de



programas de apoio, surgidos no Brasil, a partir da década de 1990.

Como procedimento realizou pesquisa documental e entrevista, nos Programas de Apoio nas trajetórias de vida de egressos, por meio de um levantamento das iniciativas nacionais; pesquisa em profundidade em programas públicos (Agentes da Liberdade, no Rio de Janeiro-RJ e Programa de Acompanhamento Social, em Porto Alegre-RS) e da sociedade civil (FAESP em Porto Alegre - RS e Pró-Egresso em Maringá-PR).

Com relação aos egressos, concluiu que suas trajetórias de vida revelam uma existência de baixos níveis de capital econômico e cultural, responsáveis na busca de sobrevivência, dinheiro fácil, aventura ou por fatalidade, pelo ingresso na criminalidade.

Paulo Cesar Seron (2009) objetivou compreender sob o ponto de vista dos sujeitos egressos do sistema penal qual possa ser a função do trabalho na trajetória de vida. Baseado nos pressupostos da Psicologia Social e da legislação penal. A pesquisa qualitativa foi baseada em entrevistas semiestruturadas e assistemática. A trajetória de vida de cada sujeito participante foi cronologicamente organizada segundo sete etapas diferentes, identificando as maneiras de como o trabalho fez ou não parte da vida de cada sujeito participante da pesquisa.

Pela pesquisa foi possível compreender o óbvio: todos os egressos são oriundos de famílias de classe socioeconômica baixa, sem condições de manter os filhos na escola porque precisam trabalhar para ajudarem na renda familiar. Como desdobramento, a qualificação profissional é nula. Quadro que não se altera enquanto cumpre pena. Às vezes, recebem incipientes cursos de curtíssima duração, sem continuidade e sem condições efetivas de qualificação profissional. A maioria (senão todos) trabalhava na informalidade, sem nenhuma garantia previdenciária. O Trabalho significou apenas uma estratégia de sobrevivência, a qual só piorou com a penitenciária.

Concluí que o trabalho é essencial à vida do egresso, visto ser o mesmo uma alternativa ao crime. Também integra tanto à família quanto à sociedade. Sendo então esses dois elementos (trabalho e família) que conflui êxito no difícil caminho do egresso.

Breno Wanderley César Segundo (2011) se propõe discutir, sob uma perspectiva histórica, os processos de constituição das prisões, as principais mudanças pelas quais vem passando e sobre como tal trajetória repercutiu na sociedade brasileira, com o intuito de melhor apreender os sentidos históricos e que atualmente se encontram em disputa sobre as prisões.

Discutindo o modelo tradicional de prisão instituída no Brasil, fez um estudo de caso no Presídio do Serrotão, em Campina Grande-PB. Como tentativa de discutir em que medida a dinâmica do capitalismo vem impondo novos sentidos ao sistema prisional sobre quais aspectos as relações de natureza macrocosmo repercutem nas relações do microcosmo e quais os sentidos que estão em disputa, sobretudo, na contemporaneidade.

A construção do trabalho foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental, de entrevistas e da realização de grupo focal, além do recurso da observação direta. O

foco está na proposição de identificar como o Estado perdeu a sua missão de ressocializar os apenados e possibilitou o fenômeno do crime organizado, esvaziando o sentido da prisão como espaço de reabilitação social.

Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres (2010) analisou as percepções das crianças que vivenciam a experiência de ter o pai e/ou mãe submetidos à custódia do Estado e quais as marcas deixadas na construção de suas identidades devido às repercussões do sistema prisional, evidenciando a importância da Escola e do Abrigo para ressignificar os efeitos dessa experiência e subsidiar a definição de políticas públicas de atendimento aos internos (as).

Teve por procedimento metodológico uma pesquisa qualitativa, do tipo Estudo de Caso Etnográfico, explicitando o conhecimento dos significados e experiências culturais da infância por meio da explicitação do sentido que as crianças atribuem à vida carcerária, como interpretam e estruturam o seu mundo a partir desses sentidos. Obviamente constatou-se a dificuldade desses sujeitos vivenciarem as relações de subordinação, violação e exclusão social vivenciadas no ambiente conflituoso dos presídios.

Romeu Falconi (1996) desenvolveu uma pesquisa na tentativa de colaborar no aprimoramento do sistema penal como um todo, reconhecendo no sistema penitenciário, o calcanhar de Aquiles. Considera as peculiaridades pátrias, envolvendo um sem-número de facetas de um país como o Brasil, assoberbadas com tantos e quantos problemas sociais sem solução aparente, Falconi conclui sua pesquisa constatando que o sistema penitenciário nada mais é do que um doente terminal cheio de vícios e doenças.

Elenice Maria Cammarosano Onofre (2002) teve como intenção discutir até que ponto a educação escolar pode ser um fator contributivo para a reabilitação do homem aprisionado. Sem desvincular-se do contexto inserido, como os apenados percebem a escola? Daí a necessidade de também contextualizar as posições retratadas, calcada no pressuposto de que a realidade é complexa e os fenômenos são historicamente determinados.

Selmo Haroldo de Resende (2002) compilou uma pesquisa baseada em sujeitos apenados já condenados, utilizando-se da técnica de pesquisa em história oral de vida relacionada à proposição teórico-prática de Foucault, entrecruzou educação com prisão. Ele perscrutou aspectos educativos na pena cumprida, indicando a materialização de uma espécie de “sistema educacional” na prisão. Concluiu que o efeito produzido pela disciplinarização no cárcere formata uma noção educacional, o que delineia uma “pedagogia do cárcere”, propiciando a afluência da disciplinarização com a reeducação, acrescentando-se o binômio “vigiar e punir”, relacionando de forma isomórfica Escola com Penitenciária.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, Roberto da Silva (2001), investigou a eficácia da pena de privatização da liberdade como recurso preferencial da sociedade no enfrentamento da criminalidade. O procedimento foi pesquisa documental em prontuários, entrevista estruturada com internos, técnicos e diretores. Seu lócus foi uma Unidade de internação da FEBEM-SP, em uma penitenciária feminina e, ainda, em uma unidade do semiaberto, além de uma cadeia pública do interior do Estado de São Paulo. Sua conclusão apontou

uma extrema vulnerabilidade tanto pessoal quanto social de quase a totalidade dos entrevistados, com exacerbada deterioração nos quesitos necessários ao exercício dos direitos humanos.

Ana Lúcia Gomes da Silva (2007) analisou as práticas educativas que se formularam no cotidiano do cárcere em seus efeitos de sentido para os que ali estão. Também estendeu a pesquisa sobre a tríade das relações de poder (saber; discursos; estratégias) na prisão com seus desdobramentos. O lócus da pesquisa foi a 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina/BA.

Pesquisa de cunho etnográfico, instrumentalizada por entrevista abertas, acompanhadas por narrativas de vida (memorial), bem como, pela observação participante. Os resultados apontaram a dimensão das (des) crenças, (des) encantos e (des) educação que marcam, de forma contundente, cada ser humano que experiência o cotidiano do cárcere nos seus movediços caminhos. As narrativas desvelaram a de (des) crenças, (des) educação, (des) esperanças. Certo da esperança de que a educação efetivamente possa (re) significar tudo isso.

## CONCLUSÃO

A produção acadêmica nos anos de 1975 a 2012 demonstra uma evolução crescente sobre o tema, foram 66 dissertações (77%) E 19 teses (23%). Uma das primeiras considerações a serem feitas é que essa produção, em certa medida, passou a ter uma maior visibilidade, um movimento por parte dos pesquisadores, quando pelo aumento da incidência de políticas públicas constituídas no espaço prisional.

Sem deixar de destacar a “panela de pressão” pronta a explodir que se tornaram os presídios no Brasil, além dos inúmeros congressos específicos que começaram a discutir tal problemática, faz-se necessário destacar a promulgação da Lei de Execução Penal (LEP) – Lei nº 7.210/1984; a Resolução nº 03/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça (CNPCCP); o Parecer CNE/CEB nº 4/2010, aprovado em 09 de março de 2010, o qual dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; a Resolução CNE/CEB nº 02, de 19 de maio de 2010, a qual dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos Estabelecimentos Penais; o Parecer CNE/CEB nº 5/2015, aprovado em 10 de junho de 2015, o qual dispõe sobre a Remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade no sistema prisional brasileiro; a Resolução CNE/CEB nº 4, de 30 de maio de 2016, a qual dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro e, ainda, o Decreto nº 7.626/2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema prisional.

Vale ressaltar também que parte da produção acadêmica foi produzida por autores que atuam diretamente no sistema, ou como professores, ou como gestores e/ ou como técnicos Além, da consciência da necessidade do engajamento político sobre o direito à educação para sujeitos apenados. Apesar de ter havido um aumento considerável da produção acadêmica sobre o tema, ainda não foi suficiente para que os políticos olhem com mais afinco o problema penitenciário brasileiro. Também não se pode efetivamente construir um conhecimento sobre essa modalidade, pois ainda não se delineou uma sistematização pedagógica na área de educação nas prisões. Claro que seja inegável o fato da construção do campo específico da educação em prisões.

Infelizmente muitas ações pedagógicas no Sistema Penitenciário, ainda estão na informalidade e/ou ainda são praticados apenas por monitores (internos) sob a orientação de um quadro mínimo de professores e a pouca efetividade produzida pela educação em prisões por não estar atentos às necessidades específicas desse público e/ou por apenas cumprir uma normativa jurídica sem de fato resolver o problema. Isso porque ainda muitos agentes públicos não entendem o apenado como sendo sujeito de direitos e principalmente, direito à educação.

Por fim, destacar o avanço produzido com a lei da remição da pena pelo estudo e pelo trabalho como sendo conquistas fundamentais que dão visibilidade ao tema, mas também, frisara ausência da produção científica sobre temas relacionados à modalidade EJA em prisões, discussão em educação especial prisional, comparações entre educação formal e não formal, relações sobre espaços e materiais pedagógicos adequados, entre outros, ressaltando sempre a necessidade da formação de um núcleo nacional de pesquisadores na área de educação prisional.

## REFERÊNCIAS

### FONTE PRIMARIA DE TESES

ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. **Educação escolar no sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul: um olhar sobre Paranaíba.** 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2006.

CAMPESTRINI, Bernadette Beber. **Reeducar, reinserir e ressocializar por meio da educação à distância.** 2007. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC – Florianópolis, 2007.

FALCONI, Romeu. **Reinserção social.** 1996. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, São Paulo, 1996.

GOMES, Martha Joana Tedeschi. **“Intramuros”**: a certificação em matemática no CEEBJA “Dr. Mário fraco” – 1982 a 1997. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná-UFPR. Curitiba, 2011.

GRACIANO, Mariângela. **A educação nas prisões: um estudo sobre a participação da sociedade civil**. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2010.

HOFFMANN Marcos Erico. **Características dos processos de aprendizagem de comportamentos inusitados de reclusos em uma organização prisional**. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2008.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

MADEIRA, Ligia Mori. **Trajetórias de homens infames: Políticas Públicas Penais e Programas de apoio a Egressos do Sistema Penitenciário no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFGS. Porto Alegre, 2008.

NONATO, Eunice Maria Nazareth. **Educação de mulheres em situação prisional: experiência que vem do sul, no processo de reinvenção social**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2010.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação escolar na prisão**. Para além das grades: a essência da escola e a possibilidade de resgate da identidade do homem aprisionado. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara, 2002.

PEDROSO, Márcia Pereira. **Entre “Devoradores de Slogans” e “Técnicos de Plantão”**: representações sociais e ideologias para manutenção da prisão. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, Porto Alegre, 2010.

PREVE, Ana Maria Hoepers. **Mapas, prisão e fugas: cartografias intensivas em educação**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2010.

REIS, Valdeni da Silva. **O ensino-aprendizagem do inglês como língua estrangeira (ILE) no espaço dentro-fora da lei de uma unidade socioeducativa para adolescentes infratores**.

2011. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2011.

RESENDE, Selmo Haroldo. **Vidas condenadas: o educacional na prisão.** 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. São Paulo, 2002.

SEGUNDO, Breno Wanderley César. **Os sentidos do aprisionamento na contemporaneidade: um estudo de caso no presídio do serrotão em Campina Grande-PB.** 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Joao Pessoa, 2011.

SERON, Paulo Cesar. **Nos difíceis caminhos da liberdade: estudo sobre o papel do trabalho na vida de egressos do sistema prisional.** 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2009.

SILVA, Ana Lúcia Gomes **Da educação carcerária: (des) encantos, (des) crenças e os (des) velamentos das histórias de leitura no cárcere, entre ditos, silêncios e subentendidos.** 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2007.

SILVA, Roberto Da. **A eficácia sócio pedagógica da pena de privação da liberdade.** 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2001.

TORRES, Cláudia Regina de Oliveira Vaz. **Por um céu inteiro: crianças, educação e sistema prisional.** 2010. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2010.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 02 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 02 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>>. Acesso em 02 ago. 2017.

BRASIL. **Lei no 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.



Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em 02 ago. 2017.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.; SIMÕES, R.H.S.; CARVALHO, J.M.; BRZEZINSKI, I. Estado da arte da formação de professores no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, dez. 1999, p.301-309. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a15v2068.pdf>>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

FERREIRA, Norma S.A. As pesquisas denominadas Estado da Arte. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, Ago. 2002, p. 257-272. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**. Vol. 6, nº 19, p.37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&d98=pb>>. Acesso em: 02 de ago. 2017.